



Relatório de
GESTÃO
2013-2015

Seja bem-vindo
à Secretaria
dos Órgãos
Julgadores (SOJ)

AQUI Atendimento
das Turmas, Plenários
e Seções

CONFERÊNCIA DE
OPERACIONALIZAÇÃO
ELETROÔNICA

ceducorp
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Gestão 2013 – 2015

PRESIDENTE

Desembargador Federal Tadaaqui Hirose

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Desa. Federal Marga Inge Barth Tessler

Desa. Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère

Des. Federal Luiz Carlos de Castro Lugon

Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus

Des. Federal João Batista Pinto Silveira

Des. Federal Celso Kipper

Des. Federal Otávio Roberto Pamplona

Des. Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Des. Federal Joel Ilan Paciornik

Des. Federal Rômulo Pizzolatti

Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Desa. Federal Luciane Amaral Corrêa Münch

Des. Federal Fernando Quadros da Silva

Des. Federal Márcio Antonio Rocha

Des. Federal Rogerio Favreto

Des. Federal Jorge Antonio Maurique

Des. Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

Desa. Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha

Desa. Federal Claudia Cristina Cristofani

Des. Federal João Pedro Gebran Neto

Des. Federal Leandro Paulsen

Des. Federal Sebastião Ogê Muniz

Desa. Federal Vania Hack de Almeida

JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

Juiz Federal Luiz Carlos Canalli

Juiz Federal Artur César de Souza

Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior



Ficha Técnica Relatório Gestão 2013–2015

Realização

Gabinete da Presidência
Diretoria-Geral
Assessoria de Planejamento
e Gestão
Divisão de Comunicação Social

Coordenação

Flávio Fagundes Visentini

Redação

Analice Bolzan
Patrícia Picon

Revisão

Dario Danilo Bortolini Júnior
Patrícia Picon

Projeto gráfico e diagramação

Alberto Pietro Bigatti

Edição de Imagens e fotografias

Sylvio Sirangelo

Colaboração

Imprensa JFRS, JFSC, JFPR e CNJ

Estagiárias

Carolina Kempfer
Daniela Rissi Friedrich

Luiz Izidoro Zorzo

Diretor-Geral

Cristian Ramos Prange

Diretor de Tecnologia da Informação

Márcio Bernardes Jardim

Diretor Administrativo

Roberto Capeleti

Diretor Financeiro

Eduardo Júlio Eidelvein

Diretor Judiciário

Eduardo César Weber

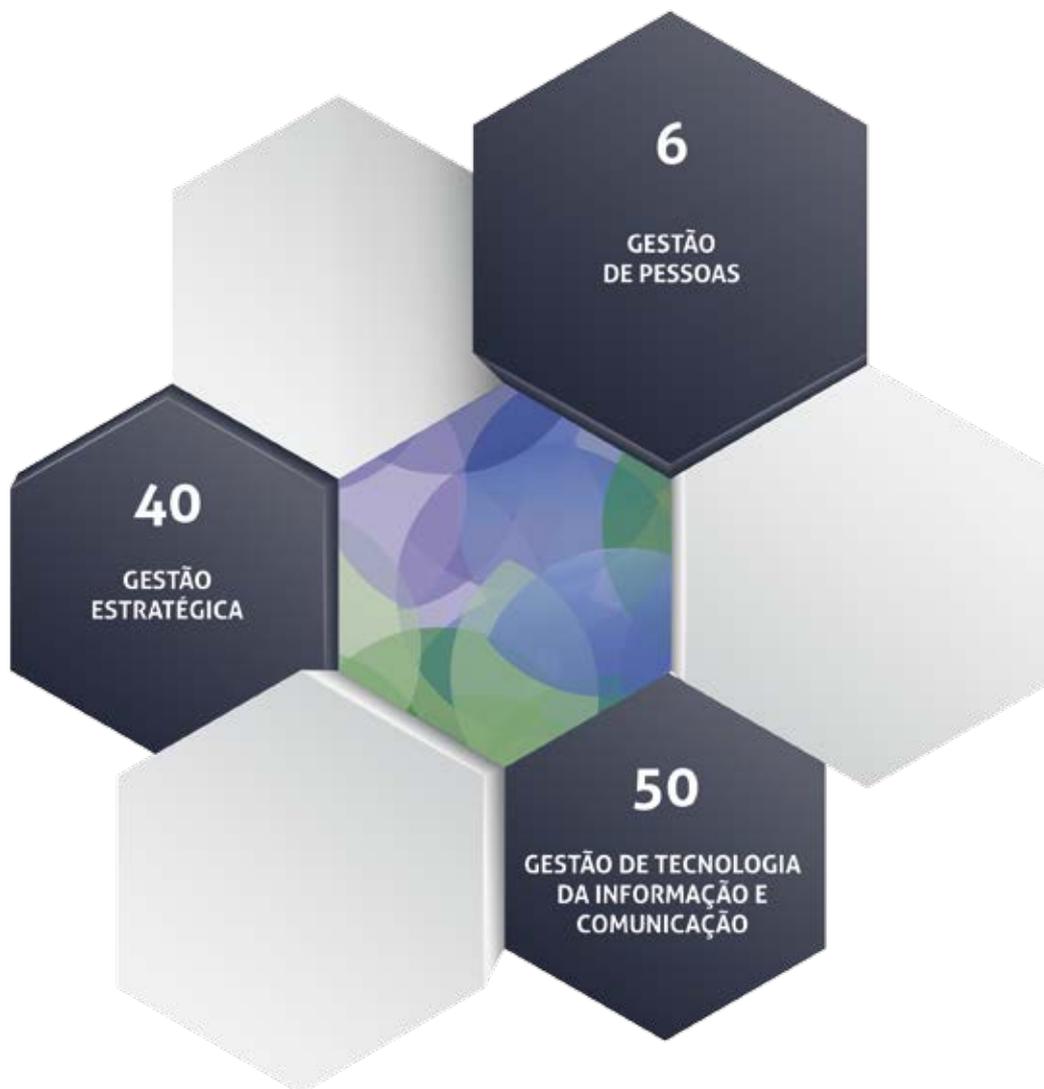
Diretor de Recursos Humanos

Maro Barcellos Kehrwald

Assessor-Coordenador da Presidência

Flávio Fagundes Visentini

Assessor Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral







Apresentação

Nesses dois anos, todas as nossas ações tiveram um foco principal: o elemento humano. Partindo-se dessa premissa, investimos em políticas de integração e alinhamento da Justiça Federal da 4ª Região. Nossas linhas de atuação priorizaram o planejamento estratégico, a melhoria da comunicação interna, a gestão de pessoas e de tecnologia da informação.

No planejamento estratégico, buscou-se a melhoria do ambiente, do fluxo de trabalho e de informações para magistrados e servidores, para que todos pudessem exercer melhor as suas atribuições, para prestar uma jurisdição mais efetiva e de qualidade, sem descuidar da promoção da saúde.

Nossos sistemas eletrônicos foram aprimorados. No âmbito judicial, foram incorporadas ao eproc novas funcionalidades para facilitar a vida dos usuários internos e externos. Na área administrativa, além do desenvolvimento de soluções tecnológicas para nossas necessidades, o SEI se consolidou como processo eletrônico administrativo nacional. Nosso sistema está sendo compartilhado com praticamente todos os Tribunais Superiores, o que demonstra o espírito público que norteia esta Instituição.

Na Gestão de Pessoas, nosso trabalho foi direcionado para o constante aperfeiçoamento de magistrados e para a implantação de uma política de educação continuada dos servidores. O Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região (Ceducorp) partiu de um diagnóstico das necessidades do dia a dia da instituição para a criação de cursos de qualificação, muitas vezes ministrados por quem as conhece e vivencia.

São diversas as realizações historicamente atingidas por esta Corte Regional, e que não são fruto de mero acaso. São o resultado de um trabalho competente e dedicado de magistrados e servidores extremamente qualificados, cuja contribuição inestimável justifica o reconhecimento da Justiça Federal da 4ª Região e deste TRF4 como instituições de referência nacional. A cada um de vocês, estendo minha homenagem e meu agradecimento.

Desembargador Federal Tadaaqui Hirose
Presidente do TRF da 4ª Região





1º SEMINÁRIO

ATUALIDADE E FUTURO DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: o que muda na gestão do poder judiciário?





“Gostaria de registrar o meu profundo agradecimento aos desembargadores federais, juízes federais, servidores, estagiários, pessoal terceirizado, colaboradores, enfim, todos que ao longo desses 25 anos agregaram eficiência à prestação jurisdicional da 4ª Região. A notoriedade deste Regional como um tribunal de excelência no país jamais seria possível sem a cooperação e o comprometimento de vocês.”

Desembargador Federal Tadaaqui Hirose
Presidente do TRF da 4ª Região



Valorizando o recurso humano

O TRF4 é reconhecido por ser o tribunal mais informatizado do país, não apenas pelo pioneirismo e qualidade de seus sistemas eletrônicos, mas também pelo foco na qualificação da gestão de pessoas que, afinal, fazem todos esses sistemas funcionarem.

A atual gestão investiu em ações de valorização de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores externos, reconhecendo a contribuição de cada um para o cumprimento

da missão da Justiça Federal, que é garantir à sociedade um serviço acessível, rápido, efetivo e de qualidade.

Também foram desenvolvidas políticas baseadas em um novo olhar sobre o conceito de saúde, que abrange tanto a física quanto a psíquica, dentro e fora do trabalho. Por meio de ações de prevenção, acompanhamento e atendimento, novos serviços foram disponibilizados a todos.

Teletrabalho



O trabalho à distância foi instituído na Justiça Federal da 4ª Região na gestão 2011-2013, pela Resolução nº 92, de 28 de maio de 2013, abrangendo os processos exclusivamente eletrônicos, judiciais e administrativos. Com a implantação do programa nesta Administração, em março de 2015 já havia 192 servidores atuando em regime de teletrabalho, a maioria deles lotados em unidades da área judiciária.

A área de gestão de pessoas garantiu uma política de acompanhamento sistemático e de capacitação de servidores e gestores em regime de teletrabalho. Os resultados também foram monitorados para assegurar direitos e garantir o equilíbrio entre saúde e metas de desempenho. Os relatórios de acompanhamento dos primeiros dois anos

de implantação do projeto apontaram o crescimento combinado e sustentável dos índices de satisfação com o trabalho e de produtividade dos servidores.

O teletrabalho não abrange apenas servidores exercendo suas funções profissionais no ambiente doméstico. O tribunal formulou o conceito de “teletrabalho distribuído”, que possibilita o auxílio à distância entre unidades judiciárias. O projeto de varas itinerantes da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, que busca equilibrar o volume de processos entre as varas federais, reflete essa nova realidade. No caso, a 3ª Vara Federal de Santo Ângelo disponibilizou sua força de trabalho para a 2ª Vara de Canoas, com maior demanda judicial.

8

Relatório
Gestão
2013–2015

Olhar diferenciado para as pessoas

A Gestão de Pessoas do tribunal tornou-se referência pelo acompanhamento sistemático dos gestores, servidores e estagiários nas principais etapas da vida funcional, desde o acolhimento no ingresso até o momento de preparação para

a aposentadoria. O Conselho da Justiça Federal, no Relatório de Inspeção Ordinária de 2014, apontou como “Boa Prática” a política de acompanhamento que engloba várias ações.

CEDUCORP



Um dos grandes marcos da gestão foi a criação do CEDUCORP- Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 4ª Região, que implantou um novo conceito de educação corporativa.

O comitê foi criado pela Resolução nº 115/2013 do TRF4 com o objetivo de alinhar e ampliar a capacitação dos servidores desenvolvida pelo tribunal e pelas seções judiciárias dos três estados. A resolução levou em conta a necessidade de aperfeiçoar a estrutura das áreas de capacitação e realizar diagnósticos das necessidades de qualificação do quadro de servidores da 4ª Região. As ações são realizadas pelas áreas de recursos humanos do Tribunal (SGEP/NCAP) e das Seccionais (NADH).

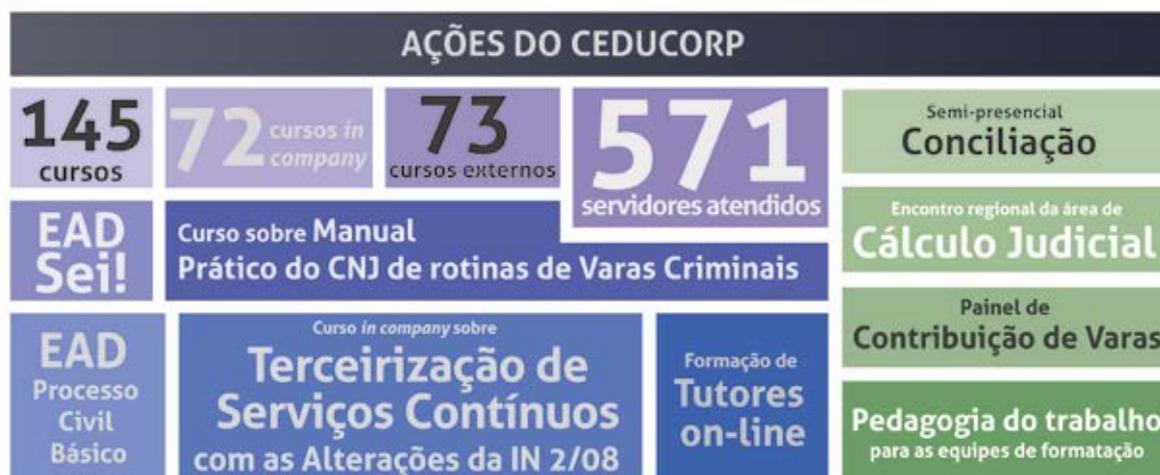
A criação do CEDUCORP foi necessária devido às novas competências exigidas do servidor que trabalha em sistemas exclusivamente eletrônicos, havendo sido eliminadas atividades burocráticas e repetitivas. Além disso, cada vez mais são impostas metas ao Poder Judiciário, sendo a capacitação dos servidores estratégica para a instituição fazer frente aos desafios impostos.

Para isso, o CEDUCORP adotou um modelo de educação corporativa continuada, privilegiando o processo de ação/reflexão e a construção coletiva do conhecimento, valorizando a experiência

profissional dos servidores e disseminando o saber em toda a instituição.

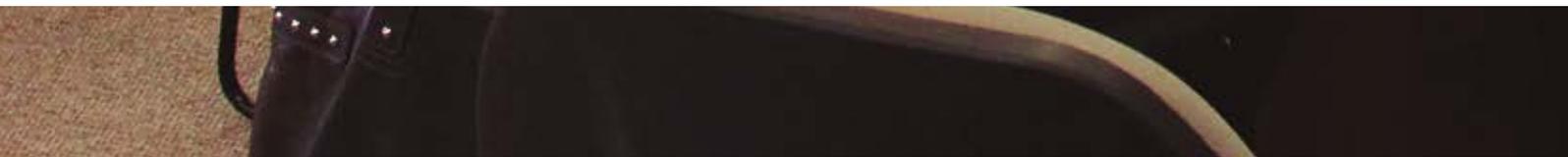
Foram desenvolvidas diversas ações: instituição de banco de talentos, priorizando a instrutoria interna; definição de itinerários formativos nas diferentes competências da Justiça Federal; cursos a distância para toda a região, promovidos, de forma colaborativa, pelas áreas de formação do Tribunal e das Seccionais; encontros regionais de juízes diretores de secretaria sobre gestão estratégica; encontro regional da área de cálculos e o seminário “Atualidade e Futuro da Administração da Justiça”, evento esse que já teve duas edições e reuniu no tribunal expoentes nacionais e internacionais que abordaram temas essenciais ao poder judiciário, tais como gestão estratégica, comunicação e educação.

As áreas de formação - Núcleo de Capacitação da Secretaria de Gestão de Pessoas da Diretoria de Recursos Humanos do TRF e os Núcleos de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano das Seccionais – que também integram o CEDUCORP, tiveram papel fundamental, tanto no auxílio da formulação das diretrizes da educação dos servidores, quanto na execução das ações de abrangência regional.





**Itinerários Formativos:
qualificação e
uniformização de
procedimentos**





Os cursos organizados pelo Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 4ª Região (Ceducorp) buscaram qualificar a formação de servidores que atuam nas varas federais de execução fiscal, previdenciária, administrativa, penal, tributária e secretarias de turmas recursais, adotando nova metodologia pedagógica.

Magistrados e servidores definem os Itinerários Formativos das matérias em que trabalham, substrato para a elaboração de cursos aderentes à rotina de trabalho, com foco na solução de problemas. O objetivo é alinhar a capacitação ao planejamento estratégico, dotando os servidores das competências necessárias ao cumprimento de suas tarefas.

Em 2014, foram realizados eventos presenciais adotando novas abordagens pedagógicas. Pequenos grupos, distribuídos em mesas, revezam suas posições a cada 40 minutos, compartilhando melhores práticas e problemas enfrentados, a fim de que o conhecimento tácito existente na organização seja aproveitado nos eventos de capacitação.

O formato e o conteúdo dos Itinerários foram definidos em uma série de encontros de grupo focal organizado pelo tribunal, realizados durante um ano. Coordenado pela doutora em Educação Acácia Kuenzer, o grupo reuniu magistrados e servidores de diversas áreas.

Banco de Talentos

O CEDUCORP instituiu o Banco de Talentos, composto por magistrados e servidores. O objetivo é identificar formadores para atuação no ensino a distância e potenciais

instrutores internos para ministrarem cursos criados pelo Comitê Gestor da Educação Corporativa.

Seminário Atualidade e Futuro da Administração da Justiça

Com o questionamento em mente sobre “o que muda na gestão do Poder Judiciário”, o TRF4 reuniu os principais pensadores nacionais e internacionais da área e recebeu magistrados e servidores de todo o Brasil na 2ª Edição do “Seminário Atualidade e Futuro

da Administração da Justiça”, em novembro de 2014. O evento debateu a mutação da Justiça e de sua gestão no mundo contemporâneo, com a presença de magistrados da Alemanha, Chile e França.



Consolidação do Concurso Permanente de Remoção

Nos últimos dois anos, 408 servidores foram removidos na consolidação do Concurso Permanente de Remoção. Um dos principais objetivos é garantir maior qualidade de vida ao servidor, possibilitando a proximidade com suas famílias, estudos e cidades. Essa ação tem reflexo direto na produtividade, já que servidores mais realizados e satisfeitos prestam um serviço melhor ao cidadão.

O projeto começou em 2012. Nesse período, 598 servidores foram removidos em oito etapas, sendo que a maioria nesta gestão. O Concurso Permanente de Remoção foi implantado para atender a grande demanda de remoção

dos servidores da 4ª Região, que se encontrava bastante represada.

Com a criação do Concurso Permanente de Remoção, a Administração decidiu destinar 50% de todas as vagas que surgem à remoção - inclusive as decorrentes de desligamentos, que são a principal fonte de vagas livres. Some-se a isso um importante diferencial do concurso, que é o funcionamento com claros de lotação e permutas de forma combinada, proporcionando encadeamentos que aumentam as chances de os servidores serem contemplados.

Microrregiões da Justiça Federal da 4ª Região para concurso público

A gestão estabeleceu microrregiões da Justiça Federal da 4ª Região para que o candidato escolha na inscrição do concurso a região onde pretende atuar. O objetivo

é tornar mais eficiente o provimento de cargos vagos para servidores, promovendo melhores resultados na gestão de pessoal nos três estados.



De bem com a vida: um novo conceito de saúde

A Secretaria de Saúde foi totalmente reestruturada para melhor atender aos seus beneficiários. A parte física foi reformada, em parceria com a Divisão de Arquitetura. O ambulatório de enfermagem foi ampliado e a área de atendimento ao público teve uma nova organização, adequando-se os setores de recepção e espera ao fluxo de atendimento médico.

Mas as mudanças não são só aparentes. A concretização do projeto constitui a materialização de uma nova forma de atendimento, com ênfase na saúde ocupacional dos magistrados e servidores ativos e na prevenção de doenças físicas e mentais, proporcionando qualidade de vida aos servidores e magistrados e seus dependentes. A secretaria atende também estagiários, funcionários de empresas terceirizadas e público externo em visita às dependências do tribunal.



Ela já fez todos os exames pe



**De bem com a vida:
Implantação do Programa
de Exames Periódicos de
Saúde (EPS)**

Acesse a intranet e saiba como
continuar de bem com a vida!

Exames Periódicos, e você?

de
bem
com a
vida!

Uma oportunidade para prevenção, para manter em dia a saúde individual e coletiva. A implantação do Programa de Exames Periódicos de Saúde – EPS, visa à promoção e ao acompanhamento da saúde de magistrados e servidores ativos lotados na Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região.

O custeio do programa é suportado integralmente pelo tribunal e pelas seções. As avaliações começaram em maio de 2014 e até agora 870 pessoas foram convidadas a participar. Desses, 44% aderiram ao programa e 27% realizaram a consulta com o médico do trabalho.

Viver bem: restaurante com orgânicos

Desde maio de 2014, o restaurante do TRF4 conta com alimentos orgânicos no cardápio do almoço. A Administração realizou uma licitação com essa exigência para contribuir com a saúde dos seus magistrados, servidores, estagiários e colaboradores.

São três tipos de saladas, duas variedades de guarnições e uma fruta orgânica, disponibilizados diariamente. Outra garantia do contrato é que os dez alimentos mais contaminados por agrotóxicos no Rio Grande do Sul, como segundo os relatórios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), só poderão ser oferecidos se forem orgânicos: pimentão, morango,

pepino, cenoura, feijão, uva, alface, abacaxi e laranja.

A origem dos produtos também foi exigida. Frutas, verduras e grãos têm que ser adquiridos de produtores certificados ou cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Além da preocupação com a saúde, a iniciativa tem por base o entendimento de que a Administração Pública, com seu poder de compra, tem capacidade de influenciar o mercado positivamente para que sejam estimuladas práticas de produção e consumo mais sustentáveis.

Ações de saúde

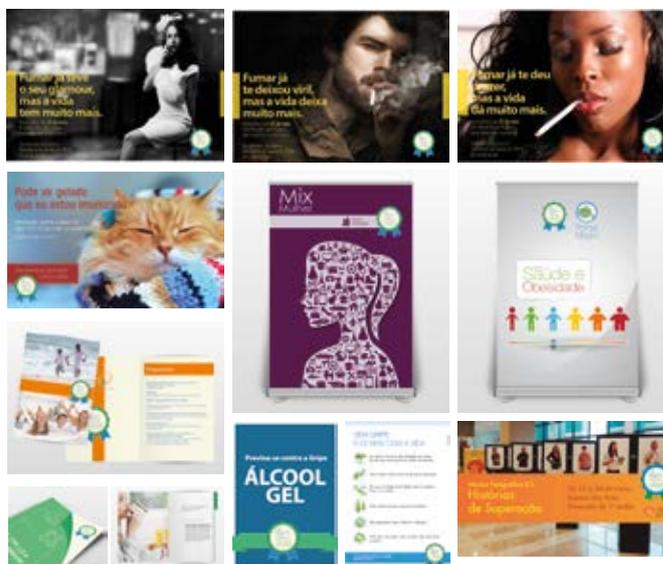
Vários programas pela qualidade de vida começaram e se consolidaram nos últimos dois anos. A participação foi

estimulada pelas campanhas de divulgação produzidas pela Seção de Conteúdo Institucional (SEINST).

- Programa Viver Bem
- Programa De Bem com a Vida
- Doação de Medula Óssea e exposição “Histórias de Superação”
- Vacinação contra a gripe
- Programa Pense Magro
- Programa de Cuidado Materno
- Engajamento no Dia Mundial sem Tabaco
- Campanha de prevenção contra a gripe
- Programa de reanimação cardiovascular

16

Relatório
Gestão
2013–2015





Dia da Mulher

O Dia da Mulher de 2015 foi comemorado de forma especial no TRF4: uma pausa para massagem contra o estresse e pela qualidade de vida. No evento Mix Mulher, oito cadeiras de massagem espalharam-se pelo Foyer do Plenário para que as mulheres da casa recebessem uma sessão de quick massage.

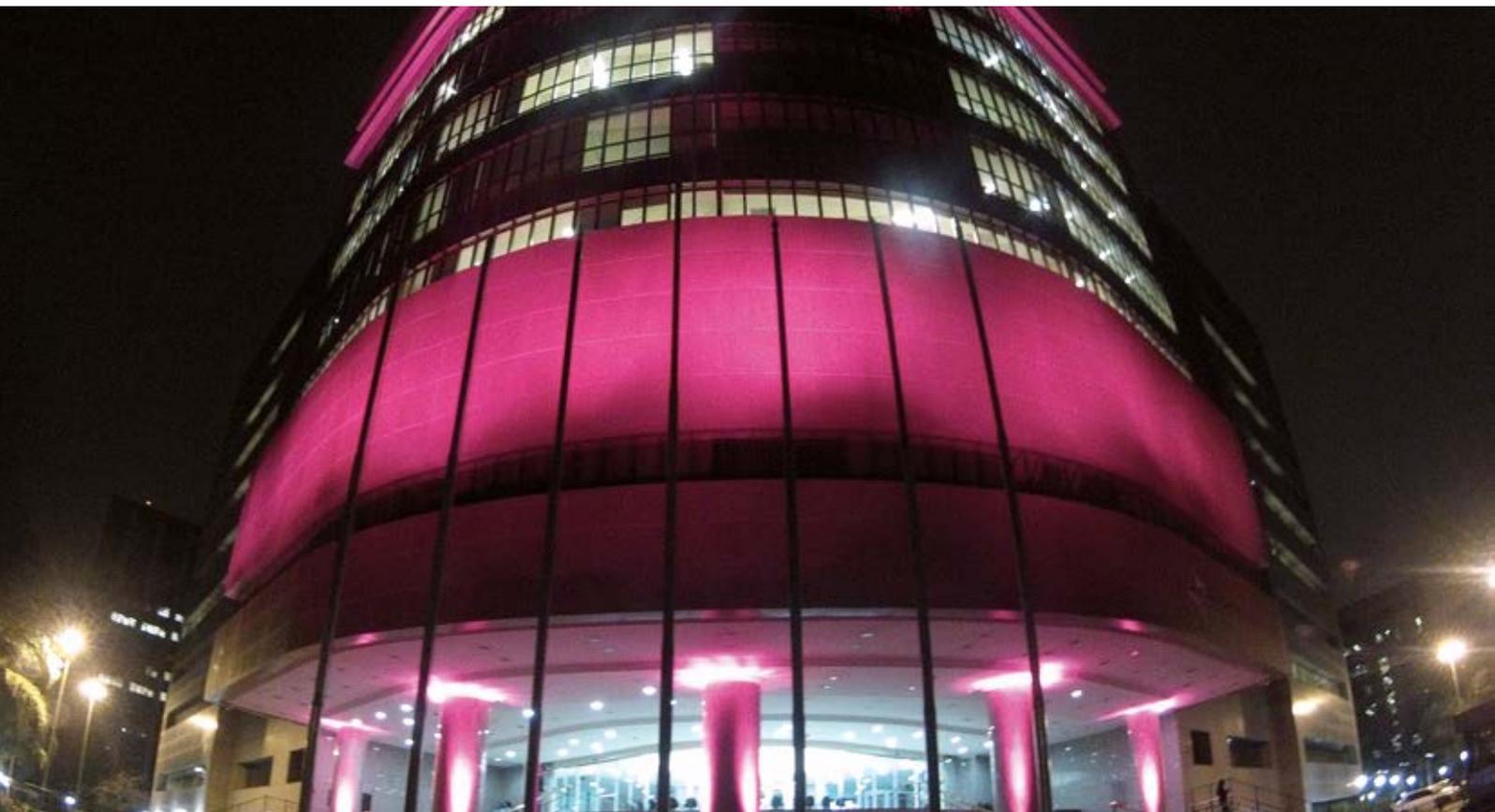




Outubro Rosa

Um bate papo de Martha Medeiros e Paula Taitelbaum com magistradas e servidoras foi destaque nas atividades do Outubro Rosa, pela

conscientização da importância da prevenção do câncer de mama. As escritoras falaram sobre experiências e qualidade de vida para uma saúde melhor.





Novembro Azul

O TRF4 recebeu dois convidados ilustres para desmistificar a importância da prevenção do câncer de próstata: Mauro Weiss, coordenador do setor

de Urologia do Hospital Moinhos de Vento, e o Guri de Uruguaiana, personagem criado pelo humorista Jair Kobe.



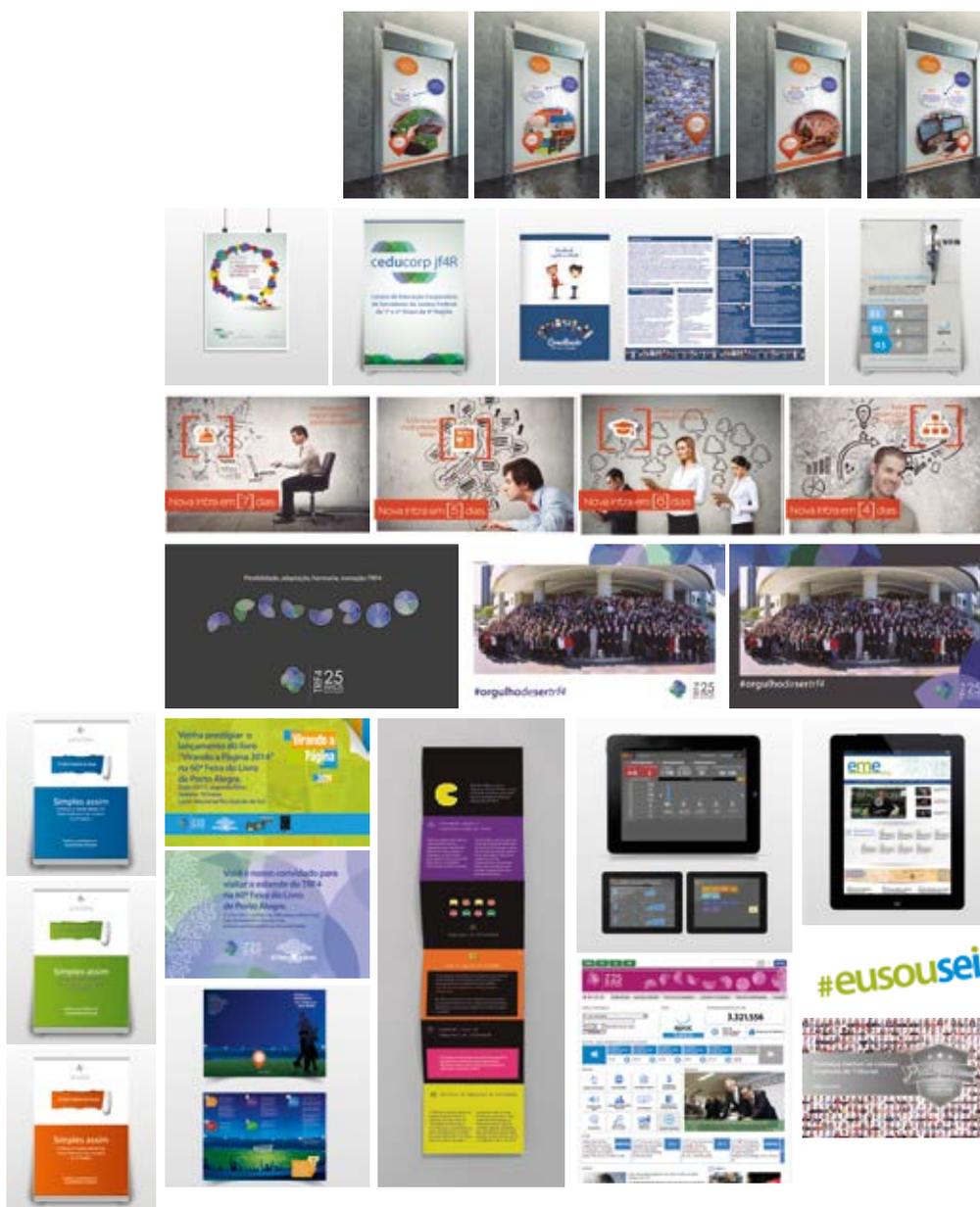
SEINST Seção de Conteúdo Institucional

A Seção de Conteúdo Institucional (SEINST), vinculada à Assessoria de Planejamento e Gestão do TRF4, foi instituída, por meio da Resolução 128, de 19/07/2013, tendo como principal objetivo desenvolver os projetos de comunicação institucional interna, contribuindo para a visibilidade dos projetos e ações estratégicas das unidades do Tribunal.

Entre as atribuições da SEINST, destacam-se a produção de materiais institucionais gráficos e eletrônicos para a campanha permanente de divulgação do Planejamento Estratégico do TRF4, a publicação de

conteúdos da Diretoria-Geral e suas assessorias, a produção e gerenciamento de conteúdos para o Portal e Intranet do Tribunal e a participação em ações conjuntas de comunicação interna realizadas pelas seções judiciárias e o tribunal, de forma a garantir a atuação integrada na Justiça Federal da 4ª Região.

Com atuação consolidada na Gestão 2013–2015, a SEINST trabalhou em parceria direta com as Diretorias e unidades do tribunal, tendo colaborado para dar visibilidade a diversas ações, orientando as práticas por meio do viés da comunicação.



Fortalecimento da segurança

O presidente do TRF4, desembargador federal Tadaaqui Hirose, editou a Resolução número 19/2015, que instituiu o Grupo Especial de Segurança (GES) no tribunal.

A meta é valorizar e capacitar cada vez mais os agentes de segurança e transporte. A qualificação continuada está voltada para a atuação em operações de segurança especializada, como o acompanhamento de magistrados e de pessoas protegidas. O trabalho tem como foco a ênfase nas informações de inteligência e a interação institucional com outros órgãos de segurança pública.

O grupo é formado por até oito agentes treinados periodicamente em cursos destinados à manutenção e ao aprimoramento dos conhecimentos, à capacidade técnica e ao aperfeiçoamento das condições físico-psicológicas. Somente os designados para atuar no GES poderão portar arma, mediante treinamento.

A criação do GES no TRF4 faz parte de uma política integrada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em 2013 instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPI).



Ginástica funcional

Em 2014, foi implantado um programa de ginástica e criada uma sala especial para a capacitação e melhoria da qualidade de vida dos agentes de segurança.

A partir de uma avaliação física, os agentes participam das aulas que acontecem duas vezes por semana. Cerca de 40 servidores estão divididos em seis turmas. A metodologia empregada nos exercícios prioriza as variáveis que um agente de segurança deve ter no seu desempenho funcional como postura, destreza e velocidade.

Uniformes táticos dos Agentes de Segurança

Em março de 2015, 16 agentes de segurança do tribunal passaram a utilizar uniformes operacionais táticos para o trabalho. O equipamento tem como objetivo qualificar o atendimento e a prestação de serviço aos públicos internos e externos, facilitar a identificação dos agentes e proporcionar maior desempenho em casos de necessidade de ação.



Flexibilidade, adaptação,

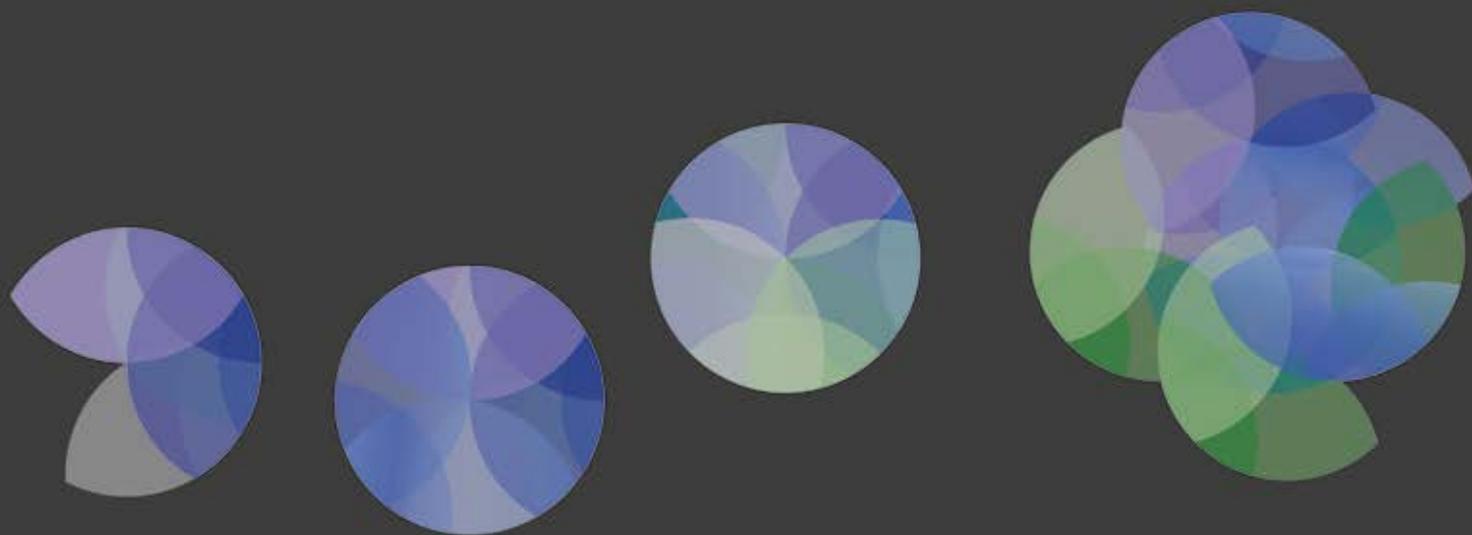
TRF4 25 anos: o Tribunal da Inovação

2014 foi um ano de comemoração para a Justiça Federal da 4ª Região. O TRF4 completou 25 anos e o tema escolhido para o aniversário reflete o investimento feito em tecnologia da informação nesses anos para melhor prestar serviço à sociedade - TRF4 25 anos: o tribunal da inovação!

Solenidades, novidades, exposições, novos programas para magistrados e servidores, confraternizações, recuperação da memória institucional, lançamento de novas ferramentas de trabalho no eproc e no SEI, um novo portal de comunicação interna. Muitas ações para aqueles que fazem a história do tribunal e para o cidadão a quem a instituição atende marcaram o ano de aniversário.



harmonia, inovação: TRF4



TRF4
25
ANOS
de inovação



Solenidades comemoram os 25 anos

O início de 2014 foi marcado pelas solenidades comemorativas aos 25 anos do TRF4, que aconteceram na sede do tribunal, em Porto Alegre, e nas Seções Judiciárias do Paraná e de Santa Catarina. Os eventos reuniram autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo dos três estados. Em todos os pronunciamentos, o pioneirismo e a inovação do TRF4 foram ressaltados.



Festa dos 25 anos do TRF4

Muitos motivos para comemorar: a construção de uma instituição reconhecida pela qualidade do serviço e um ambiente de trabalho saudável e integrado. Por isso, o clima da Festa de 25 anos do TRF4 não poderia ter sido mais festivo e descontraído! Organizado pela Comissão dos 25 anos, o evento reuniu magistrados e servidores. A banda Escravisaura animou a festa e lotou a pista de dança.

Campanha institucional

Todas as plataformas de comunicação do TRF4 receberam o selo dos 25 anos. A campanha desenvolvida por servidores da casa marcou o portal do TRF4, a intranet e as redes sociais do tribunal.

TRF4 na 60ª Feira do Livro de Porto Alegre

O terceiro ano de participação na Feira do Livro foi marcado pelas comemorações dos 25 anos do TRF4, com inovações também na prestação de serviço ao cidadão que visitou a maior feira literária a céu aberto da América Latina.

Além do atendimento de magistrados no projeto “Juiz na Feira”, dos servidores auxiliando quem precisa na consulta processual, do ajuizamento de ações, das consultas com advogados da Assistência Judiciária Voluntárias e das audiências de conciliação e dos Juizados Especiais Federais direto da Praça, 2014 teve mais novidade no estande do TRF4.

O TRF4/INSS Expresso! trouxe à praça da Alfândega pela primeira vez um atendimento completo para o cidadão que busca informações previdenciárias, tanto da área administrativa quanto judicial. O tribunal convidou o Ministério da Previdência Social para compor um serviço de atendimento à população. Servidores das duas instituições atenderam conjuntamente ao público.



TRF4 homenageia servidores em fotos e vídeo

Homenagens especiais para quem é parte da história da instituição. Nos 25 anos, o TRF4 marcou o dia do servidor público, comemorado em 28 de outubro, com uma exposição de fotos e uma solenidade com a exibição de um vídeo institucional sobre o papel dos servidores na trajetória de sucesso do tribunal.

A exposição fotográfica “TRF4 – 25 anos de convívio, trabalho e aprendizado” foi iniciativa da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP/DRH) em parceria da Seção de Conteúdo Institucional (SEINST). Foram dois meses de trabalho para produção dos retratos e do vídeo. Nesse período, ocorreram diversas

sessões de fotos com os servidores, organizados em grupos de acordo com seu ano de ingresso no tribunal. As fotos foram realizadas pelos servidores Sylvio Sirângelo e Diego Beck.

O vídeo produzido pela Comunicação Social ouviu aposentados, antigos e novos servidores sobre a trajetória deles no tribunal, a importância do serviço prestado ao cidadão e o papel do servidor público na sociedade. Também mostrou imagens do making of das fotos da exposição e da fotografia oficial dos 25 anos, realizada nas escadarias do prédio.



“É preciso dar importância ao fator humano da Justiça, um dos elementos essenciais para seu funcionamento. São os servidores, e aí também se incluem nós, magistrados, que sustentam o Judiciário. E é a excelência dos servidores do TRF4 que nos tornam destaque no país”.

**Desembargador Federal Tadaaqui Hirose
Presidente do TRF da 4ª Região**

27

Relatório
Gestão
2013–2015

Ebook dos 25 anos



No evento comemorativo ao Dia do Servidor Público, o tribunal entregou aos magistrados e servidores pendrives com o e-book. O livro digital ‘TRF4 25 anos: o tribunal da inovação’ mostrou o pioneirismo da instituição em diversas áreas de atuação.

Os primeiros sistemas eletrônicos judicial (eproc) e de gestão documental

(SEI), a inovação no sistema de conciliação, nos JEFs, na transparência, na transmissão das sessões ao vivo pelo Tela TRF4, ilustraram a trajetória do tribunal nas páginas eletrônicas do livro, que também teve uma edição limitada no formato em papel.

TRF4 25 Anos: decisões que fazem parte da sua história

Uma série de reportagens sobre decisões judiciais que fizeram história e tiveram grande repercussão na vida das pessoas marcou o aniversário do tribunal. Veiculadas com textos e vídeos no portal, nas redes sociais e no canal do Youtube do TRF4, as matérias mostravam que a inovação também é uma constante na jurisdição. Uma das decisões abordada

como inédita na jurisprudência nacional foi a que determinou a inclusão de companheiro de relação homoafetiva em plano de saúde. Também foi mostrada a que ordenou ao INSS a equiparação de homossexuais e heterossexuais em todo o país e a decisão que proibiu o fumo nas aeronaves.

Lançamento da Revista da Emagis online

Mais uma publicação marcou as comemorações dos 25 anos do tribunal. Em 2014, a Emagis lançou a Revista da Escola da Magistratura do TRF4 online, com todo conteúdo no Portal da Justiça Federal da 4ª Região. A nova publicação oferece aos leitores artigos de doutrina nas diversas áreas do Direito.

Com periodicidade semestral, a publicação busca a difusão de conhecimento e o debate sobre temas relevantes para a sociedade brasileira contemporânea, que sofre mudanças e influenciam nas decisões judiciais.

Ta na Intra! Lançada nova intranet

Outra iniciativa de inovação que marcou os 25 anos do TRF4 foi o lançamento da nova intranet, em abril de 2014. A nova ferramenta digital, chamada de 'Intra', teve como objetivo melhorar a comunicação interna e integrar a 4ª Região, com interatividade e compartilhamento de informações. O tribunal e as seções judiciárias do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina passaram a contar com um só portal para acessar os dados da instituição, com a identificação dos usuários por perfil, facilitando o acesso às informações. A melhora do fluxo interno aprimora ainda mais os serviços prestados ao cidadão.

os próprios servidores da Justiça Federal da 4ª Região. "Tá na Intra" foi o slogan adotado, por meio do qual o público interno foi convidado a conhecer e atuar dentro da nova ferramenta.

No conceito da administração de integrar e alinhar o tribunal e as seções judiciárias, o lançamento da Intra foi realizado em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, sob um mesmo conceito. Em cada estado da 4ª Região, foi realizado um talk show, com a participação dos servidores que integraram o grupo de desenvolvimento da intra, do presidente do TRF4, desembargador federal Tadaaqui Hirose, e dos diretores de foro de cada seção: José Francisco Spizzirri (RS), Luisa Gamba (SC) e Nivaldo Brunoni (PR).

O projeto da Intra nasceu no planejamento estratégico de melhoria da comunicação interna conduzido pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e foi regionalizado no início da gestão 2013-2015. Incorporando conceitos modernos de administração, utilizados também na iniciativa privada, o novo sistema é um projeto desenvolvido desde julho de 2013 por um grupo de trabalho formado por servidores do tribunal e dos três estados.

Com 'sotaque de todos os estados', a intra teve identidade regional e local. Também foi apresentado ao público um vídeo institucional com os servidores que trabalharam no projeto. O filme mostrou o objetivo da ferramenta, as novas funcionalidades e como a intra iria beneficiar e integrar o trabalho de todos.

Para divulgação da ferramenta, foi produzida uma campanha publicitária cujos atores foram

28

Relatório
Gestão
2013-2015





Show de Talentos

A edição do Show de Talentos 2014 em comemoração aos 25 anos do tribunal teve platéia lotada, muita animação e um palco repleto de artistas da casa. Servidores, terceirizados, estagiários e familiares apresentaram músicas para todos os gostos: rock, sertanejo, gauchesca e muita MPB.



EME – Espaço de Memória Eletrônico



Os 25 anos do tribunal também foram marcados pela retomada da memória intitucional. Foi lançado o EME- Espaço de Memória Institucional em ambiente eletrônico, acessível pelo portal e pela intranet. O EME disponibiliza as linhas de tempo, processos históricos, história oral, galerias de presidentes e o livro dos 25 anos do tribunal.

Um dos destaques do Espaço Memória Eletrônico é a produção de vídeos com os ex-presidentes e magistrados aposentados no ‘Projeto

História Oral’. Eles contaram passagens importantes de suas vidas e do trabalho na jurisdição, que ajudaram a construir a história da Justiça Federal e do tribunal. As entrevistas foram realizadas pela equipe da Coordenadoria de Gestão do Conhecimento – Codirge, utilizando técnicas especiais de captação para registros históricos e contaram com a participação das equipes da Assessoria de Comunicação Social e da Divisão de Áudio e Vídeo.



30

Relatório
Gestão
2013–2015

10 anos de PET : Exposição Identidades

Dentro das comemorações de aniversário do tribunal, mais um motivo de orgulho: os 10 anos do PET- Programa de Educação pelo Trabalho. O mês de junho de 2014 marcou uma década do trabalho inovador do TRF4, que durante este período já recebeu para estágio mais de 120 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase).

Um painel de debates abordando o tema “Da vulnerabilidade social à cidadania: aspectos

legais e sociais da medida socioeducativa” reuniu no TRF4 magistrados, advogados e operadores de políticas públicas da área da infância e da juventude.

Também foi realizada uma mostra de fotografia do servidor Diego Beck intitulada ‘Identidades’. O objetivo foi reconstruir em fotos parte da vida desses jovens que passaram pelo PET, traçando uma linha do tempo desde a Fase até a cidadania.





ARTinclusão

A construção da cidadania por meio da arte é o desafio do projeto ARTinclusão, desenvolvido pelo PET em parceria com o artista plástico Aloizio Pedersen. Os trabalhos dos estagiários da Fase foram feitos em oficinas de artes plásticas e expostos na mostra "Paisagens interiores". Para produzir os onze quadros, os jovens foram estimulados a expressarem seus sentimentos em formas abstratas e conheceram os principais artistas que utilizaram essa técnica.



Trabalho reconhecido

Para valorizar aqueles que prestaram anos de serviço ao tribunal e aos que passam a integrar a equipe, a Diretoria-Geral realizou pequenas homenagens aos seus colaboradores nesses dois anos, com agradecimentos, boas vindas e informações sobre a instituição na nova fase da vida dos colegas.

Os servidores aposentados e os novos foram recebidos pelo diretor-geral, Luiz Izidoro Zorzo, no gabinete da DG, para marcar o momento de desligamento e de entrada na instituição, com registro para a intra.



Prata da Casa



Quem é quem nos setores, o que os colegas fazem e a trajetória dos servidores que contribuem para escrever a história de inovação e pioneirismo do tribunal. Essas informações e um pouco da história de vida de cada um

estão retratadas na série de reportagens especiais da ACS para Intra chamada “Prata da Casa”. Um reconhecimento aos colegas e uma forma de promover a integração entre os setores e servidores.

32

Relatório
Gestão
2013–2015

Todos na mesma casa: Nudipro volta a funcionar no TRF4

Desde o início de 2015, os 41 servidores do Núcleo de Digitalização de Processos – Nudipro - voltaram a trabalhar no prédio do tribunal. O setor era o único localizado fora da sede oficial.

A mudança foi possível pela reestruturação do tribunal, com a absorção da secretarias de turmas pela Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ). Criado em janeiro de 2010, junto com a implantação do eproc em todas as matérias e graus de jurisdição, o Nudipro tem o objetivo de dar suporte ao sistema, supervisionando a digitalização dos processos realizada por uma empresa

terceirizada. Devido à falta de espaço físico, o núcleo foi instalado em prédios alugados em um bairro vizinho ao do tribunal por quase cinco anos.

A integração do núcleo foi proposta pela Administração, e busca não só sanar questões práticas do trabalho, mas também valorizar e garantir maior auto-estima aos servidores que, agora, estão junto aos demais e com as mesmas facilidades de acesso aos serviços como bancos, serviço médico e restaurante. A melhora nas instalações de trabalho também tem refletido na produtividade do setor.



Gestão compartilhada e transparente

Aprimorar a comunicação entre Administração, magistrados e servidores foi uma meta constante nesses dois anos. Foram tomadas iniciativas importantes para aproximar as pessoas e garantir maior qualificação dos processos de trabalho:

- Reuniões semanais com as diretorias e coordenadorias do tribunal;

- Reuniões mensais da Administração com os gabinetes;

- Sala de gestão na Diretoria-Geral para acompanhamento dos projetos estratégicos;

- videowall no Plenário, na sala de gestão e no hall de entrada, facilitando a veiculação de informações.



Infraestrutura

Durante a gestão, o tribunal buscou abrir o diálogo com a prefeitura de Porto Alegre e a EPTC para melhorar o trânsito e o acesso ao prédio do TRF4. Foram realizadas diversas reuniões que resultaram em mudanças significativas para quem vem à sede do tribunal, com o cumprimento de antigas reivindicações de magistrados, servidores, estagiários, advogados e partes que circulam na área.

- Sinalização e identificação: houve a gestão da melhoria da mobilidade urbana em torno do prédio com a instalação de uma placa com a indicação do caminho que leva ao tribunal e uma sinalização na avenida Augusto de Carvalho, facilitando o acesso à avenida Otávio Francisco Caruso da Rocha.

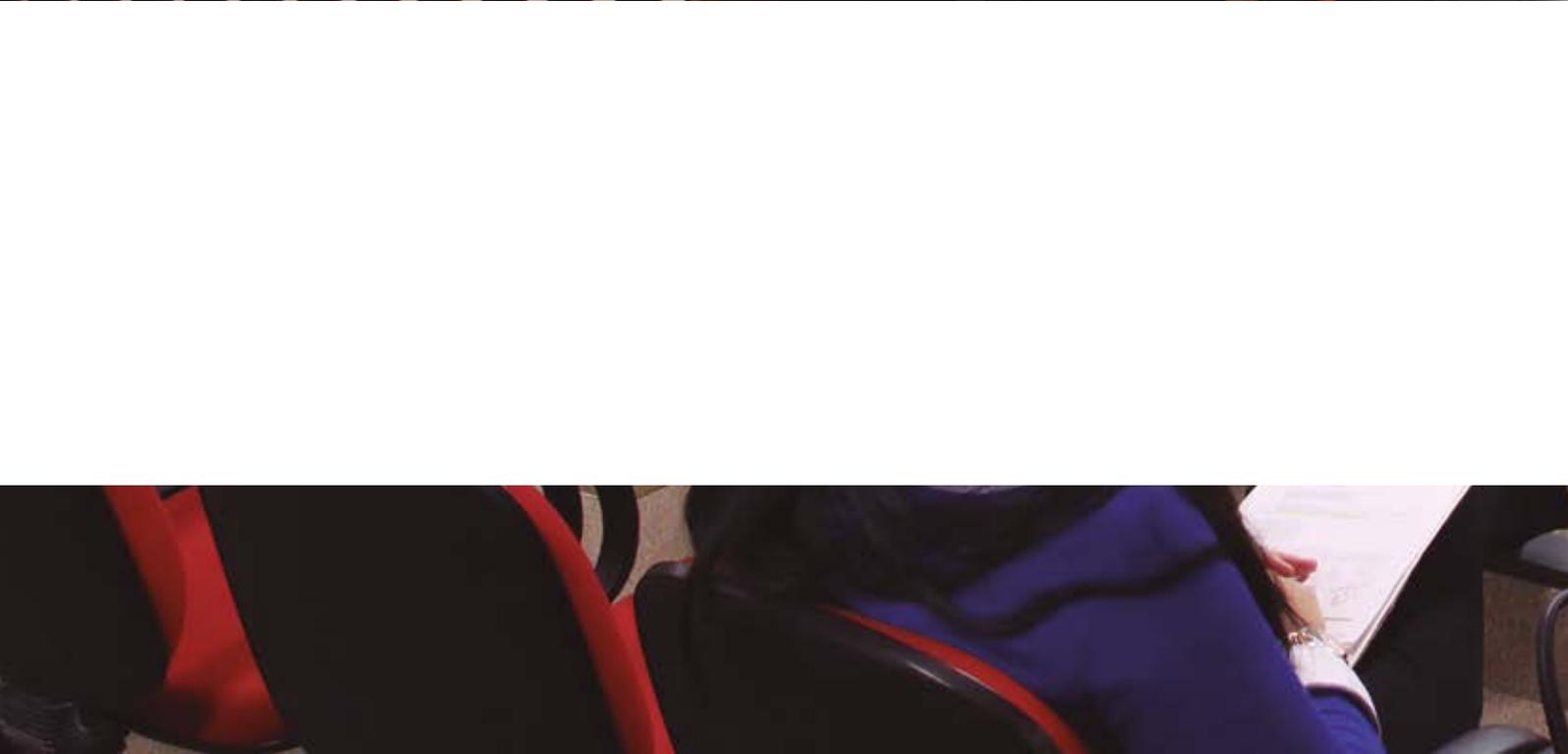
- Transporte: foi demonstrada à EPTC a necessidade de alteração da parada de ônibus que estava localizada em frente ao tribunal para a entrada da Justiça Federal. O objetivo principal foi passar a atender melhor o cidadão que participa de audiências e os segurados que

têm perícia médica agendada no SICOPREV.

- Estacionamento: desde fevereiro, os servidores podem usufruir do novo estacionamento instalado no Parque Harmonia, em frente ao prédio do TRF4. As melhorias coordenadas pela DG e pela DA -Diretoria Administrativa incluíram o cercamento do local, pavimentação, demarcadores e guarita para garantir mais conforto e segurança aos usuários. 154 novas vagas foram disponibilizadas exclusivamente para os servidores do tribunal.

A utilização do espaço pelo TRF4 é fruto de um esforço da Administração, que se empenhou na interlocução com os órgãos da Prefeitura (Secretaria da Fazenda Municipal, EPTC, etc.), viabilizando a assinatura do termo de cessão e uso em outubro de 2014.







Novas salas de sessão de julgamento

As salas de sessão do tribunal ganharam novo layout. Planejadas desde setembro de 2013, as mudanças foram coordenadas pela Diretoria Judiciária do tribunal, mas discutidas em grupo multidisciplinar, envolvendo servidores de diversas áreas. Além de garantir mais qualidade ao trabalho dos desembargadores, as salas foram pensadas para atender as necessidades de transmissão ao vivo para o Tela TRF4.

Os móveis foram substituídos, os monitores ajustados ergonomicamente e os mouses e teclados trocados por versões sem fio. Também houve a instalação de “áreas de trabalho”: espaços com tomadas e carregadores para que as partes e o público possam conectar seus aparelhos eletrônicos. A acessibilidade foi priorizada: o espaço da sustentação oral está adaptado para portadores de necessidades especiais.



Áreas renovadas

A preocupação com as pessoas também se revelou com o cuidado com os espaços físicos do tribunal. As áreas foram qualificadas com cuidados ergonômicos para que fossem adequadas ao exercício das atividades.



Mãos à obra!

- conclusão da obra da Subseção Judiciária de Rio Grande (RS);

- reforma das passarelas entre os prédios judicial e administrativo;

- início da implantação do projeto de construção do anexo administrativo;

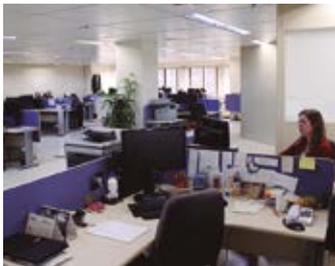
- nova área para Emagis;

- novo Sistcon;

- melhorias do espaço da Cojef e das Turmas Recursais;

- novas instalações para a Secretaria de Saúde;

- implantação de sala de cursos do Ceducorp e estúdio de TV para qualificação dos vídeos em EAD.



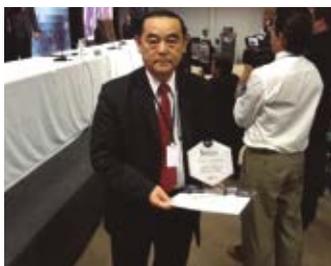
TRF4 recebe Selo Diamante do CNJ



Em 2014 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) recebeu o Selo Diamante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A premiação é um reconhecimento ao trabalho dos tribunais que mais se destacaram na gestão das informações estatísticas prestadas ao Conselho, especialmente nos dados organizados para a publicação do relatório Justiça em Números. A condecoração foi entregue na abertura do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis.

O prêmio foi instituído

pelo Conselho Nacional de Justiça para incentivar o aprimoramento do sistema de estatísticas do Poder Judiciário e melhorar a qualidade das informações utilizadas no estabelecimento das metas e no planejamento estratégico do Justiça brasileira. A Comissão Avaliadora, presidida pela conselheira do CNJ e ministra Maria Cristina Peduzzi, decidiu conferir o Selo Diamante a seis tribunais. Já o Selo Ouro foi entregue aos representantes de 19 tribunais, com o selo Prata, foram agraciados três tribunais, e o Selo Bronze foi entregue a outros 45.



38

Relatório
Gestão
2013–2015

Prêmio Conciliar é Legal reconhece sistema de conciliação do TRF4

Conciliar é Legal 2013

O TRF4 foi o vencedor da 4ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, na categoria Tribunal Regional Federal. O prêmio foi pelo conjunto de ações inéditas desenvolvidas na 4ª Região da Justiça Federal que visam ao aprimoramento dos métodos de solução de conflitos e de pacificação social.

Os projetos desenvolvidos pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região que foram agraciados são os seguintes: “Fórum de Conciliação Virtual”, “A Caravana da Conciliação” e “Conciliação Itinerante na 4ª Região”.

O Prêmio Conciliar é Legal, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2010, objetiva identificar, premiar, disseminar e estimular a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário que estejam contribuindo para a aproximação das partes, a efetiva pacificação e o aprimoramento da Justiça.

Conciliar é Legal 2014

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi premiado em três categorias do “Prêmio Conciliar é Legal 2014”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As iniciativas do Sistema de Conciliação (Sistcon) do TRF4 foram reconhecidas pela inovação e efetividade. Na categoria “demandas complexas ou coletivas”, o TRF4 recebeu menção honrosa pela prática de audiência de conciliação em matéria ambiental de alta complexidade. A 4ª Região também foi reconhecida como o tribunal federal do país com maior índice de composição na Semana Nacional de Conciliação 2014.

Já na categoria “juiz individual”, cinco magistrados da Justiça Federal da 4ª Região receberam menções honrosas pela implantação de boas práticas: o desembargador federal e coordenador do Sistcon, João Batista Pinto Silveira, o juiz federal Eduardo Tonetto Picarelli, e as juízas federais Micheli Polippo, Érika Reupke e Simone Barbisan Fortes.

XI Prêmio Innovare: dois projetos da JF da 4ª Região são vencedores

Entre os premiados, estão dois juízes federais, Eduardo Tonetto Picarelli, na categoria Tribunal, pelo projeto Unidades Avançadas de Atendimento – UAAs, e Fábio Dutra Lucarelli, na categoria Juiz, pelo trabalho “Entregando a cada um o que é seu”.

O projeto selecionado na categoria Tribunal, de Picarelli, que atua como juiz assessor da Presidência do tribunal, consiste na criação das UAAs da Justiça Federal da 4ª Região no interior dos três estados da Região Sul. São estruturas montadas em municípios que não possuem varas federais, muitas vezes contando com parcerias de outros órgãos públicos. O objetivo é levar a Justiça Federal ao maior número de municípios do interior. Nas UAAs, são processadas e julgadas as causas previdenciárias comuns e as execuções fiscais, com a realização de audiências, perícias, emissão de certidões e cadastramento de partes

e advogados no processo eletrônico. Atualmente, já existem 20 unidades, 11 no RS, 4 em SC e 5 no PR.

O projeto desenvolvido por Lucarelli, que atua como titular na 20ª Vara Federal de Porto Alegre, foi criado com o objetivo de cumprir a Resolução 197/TRF4, que determinou o desarquivamento de processos previdenciários com valores ainda pendentes de pagamento e a destinação desses valores aos seus autores ou herdeiros. A prática inclui os diversos sistemas criados para rastrear e comunicar essas pessoas.

O Prêmio Innovare, criado em 2003, é realizado anualmente e tem por objetivo identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil.





02
GESTÃO
ESTRATÉGICA

01
GESTÃO
DE PESSOAS

03
GESTÃO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO



A gestão 2013-2015 centrou sua atuação em três eixos: **gestão estratégica**, **gestão de pessoas** e **gestão de tecnologia de informação e comunicação**.

No último biênio, o TRF4 buscou enfrentar os desafios impostos ao Poder Judiciário federal mediante a utilização de modernas ferramentas de gestão. Foram mapeados

processos de trabalho, identificadas deficiências de desempenho e buscadas soluções inovadoras para o aumento da produtividade e o atendimento de metas.

Valorizou-se o elemento humano, dotando as unidades de ambiente adequado para o desempenho de suas atribuições, promovendo

a saúde, reconhecendo a colaboração de magistrados e servidores, melhorando o fluxo das informações e implantando a política de educação continuada dos servidores.

Houve também um investimento em sistemas informatizados e tecnologia, principalmente para atendimento de demandas

administrativas, além de aprimoramento do processo judicial eletrônico. O eproc ganhou um editor de texto integrado, que possibilita a implantação de mecanismos de inteligência artificial, além da criação do primeiro sistema nacional eletrônico de pagamento de custas judiciais.



Secretaria dos Órgãos Julgadores

Racionalização do trabalho e unificação de procedimentos. Esse é o objetivo da criação da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ). A medida adotada pela Administração tem o objetivo de melhor aproveitar os recursos, alocando força de trabalho prioritariamente para a área judicial, e de otimizar as rotinas de trabalho, mediante a concentração de atividades de mesma natureza, independente da matéria. A nova unidade reúne as secretarias das oito turmas de julgamentos, centralizando em um único setor todas as ações recebidas pelo tribunal. O usuário externo foi beneficiado porque advogados e partes são atendidos em um único lugar, independente da turma julgadora.

A SOJ atende também ao Plenário, às Seções e à Corte Especial, mantendo as oito assessorias das Turmas, responsáveis pelas pautas e apoio aos Desembargadores nas sessões de julgamentos.

Aprovada no Plenário Administrativo do tribunal em setembro de 2014, já em novembro começou a incorporação gradativa das secretarias. A consolidação do processo se deu no início de 2015: a nova unidade passou a funcionar de forma oficial no dia 1º de janeiro.



G4 Sistema Gestão da 4ª Região

O G4 é um sistema mediante o qual são obtidas informações gerenciais estratégicas da Justiça Federal da 4ª Região, coletando dados em diferentes sistemas informatizados, apresentando-os aos gestores de forma clara, subsidiando a tomada de decisões, desde a gestão de acervo de um gabinete de desembargador até sobre a criação de uma vara.

O G4 foi desenvolvido por servidores da casa, a partir de um Business Intelligence

(BI), que possibilita a consulta de dados e a obtenção de relatórios sobre informações disponíveis nos sistemas da instituição.

A implantação do G4 atende ao macrodesafio referente à instituição da Governança Judiciária e ao objetivo estratégico de “aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégicas da Justiça Federal.”



Novas Varas Federais

Reconhecida como a Justiça Federal mais interiorizada do país, de acordo com o CNJ, a 4ª Região instalou mais cinco novas varas federais entre 2013 e 2015:

- 2ª Vara Federal de Campo Mourão (PR)
- 23ª Vara Federal de Curitiba

- 26ª Vara Federal de Porto Alegre
- Vara Federal de Telêmaco Borba (PR)
- 4ª Vara Federal de Itajaí (SC)





**Investimento
na conciliação**





Novas instalações para o Sistcon

No início de 2015, o presidente do TRF, desembargador federal Tadaaki Hirose inaugurou a nova sala do Sistema de Conciliação (Sistcon) do tribunal. O setor, responsável por coordenar e promover acordos em processos judiciais, foi transferido para um espaço diferenciado a fim de qualificar

ainda mais o atendimento ao público. Criado em 2005, o Sistcon já realizou acordos em cerca de 150 mil ações em toda a 4ª Região. As mudanças marcam a importância crescente da conciliação enquanto estratégia do Poder Judiciário.

O novo espaço, mais amplo, fica no 3º andar do prédio judicial do tribunal e conta com salas de

reunião, de audiência e sistema de videoconferência. Também foi instalado um gabinete da Caixa Econômica Federal no local. A presença da instituição financeira torna mais fácil selecionar processos passíveis de acordo nas quais figura como ré. Um procurador e servidores da Caixa atuam em tempo integral junto à conciliação do TRF4, nos moldes do que

já ocorre com o gabinete do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em parceria com a Previdência e a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Além das mudanças físicas, a equipe do setor também foi ampliada, recebendo mais cinco servidores e dois estagiários – o setor conta agora com 14 pessoas.



Primeira vara federal de conciliação do país

O dia 10 de julho de 2014 pode ser considerado histórico no Judiciário Federal brasileiro. A 4ª Região instalou em Porto Alegre a primeira vara federal do Brasil totalmente dedicada à conciliação. A iniciativa, alinhada ao Planejamento Estratégico nacional, consolida o protagonismo do TRF4 no

sistema de conciliação do país.

A 26ª Vara Federal da capital gaúcha é responsável por intermediar demandas nas áreas cível, administrativa, fiscal e previdenciária, com foco na solução autocompositiva de litígios.



Conciliação online

Com o foco no apaziguamento dos processos e na rapidez das soluções, o Fórum de Conciliação Virtual é mais uma nova ferramenta do eproc. O objetivo é realizar acordos online por meio da autocomposição. A parte pode

fazer a proposta virtualmente, sem a participação direta da Justiça durante as conversações. O juiz faz a homologação do acordo direto no processo eletrônico.

Projeto pioneiro de varas de apoio itinerante

Desde dezembro de 2014, funciona em Santo Ângelo (RS) a primeira vara federal de apoio itinerante do país. A iniciativa pioneira, instituída pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, busca equilibrar o volume de processos entre as varas federais das Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

O projeto aproveita as facilidades do processo eletrônico (eproc). O grupo constituído para mapear a distribuição na Região foi liderado pelo diretor do Foro da Seção Judiciária do RS, juiz federal José Francisco Andreotti Spizzirri. A conclusão é que o processo eletrônico permite a redistribuição do trabalho, utilizando os servidores e a estrutura de unidades com menos processos no apoio a varas federais com maior demanda judicial.

A ideia do projeto surgiu para solucionar o problema da Justiça Federal de Canoas (RS), na região metropolitana de Porto Alegre. As três varas federais do município encontravam-se sobrecarregadas. A iniciativa justifica-se por números: em 2014, a subseção de Santo Ângelo tinha 5.041 ações distribuídas entre três varas. Já em Canoas, no mesmo período, 30.790 processos permaneceram em tramitação.

O projeto de vara itinerante é pioneiro na Justiça Federal e deve ser ampliado para toda a 4ª Região, baseado em um mapeamento realizado pela Corregedoria a partir das comissões de estudo instauradas nos três estados.



Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau

O TRF4, observando a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, traçada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promoveu eleição de magistrados e servidores para integrarem o Comitê Gestor Regional. Além dos membros eleitos, o presidente Hirose indicou outros participantes e o coordenador do comitê. Coube ao grupo definir nove áreas de atuação:

- alinhamento ao planejamento estratégico

- equalização da força de trabalho
- adequação orçamentária
- infraestrutura e tecnologia
- governança colaborativa
- diálogo social e institucional
- prevenção e racionalização de litígios
- estudos e pesquisas
- formação continuada



Ampliação das Unidades Avançadas de Atendimento UAAs

Durante a gestão, foram instaladas três novas Unidades Avançadas de Atendimento (UAAs) para facilitar ainda mais o acesso à Justiça: em Astorga, Arapongas e Wenceslau Braz, no Paraná.

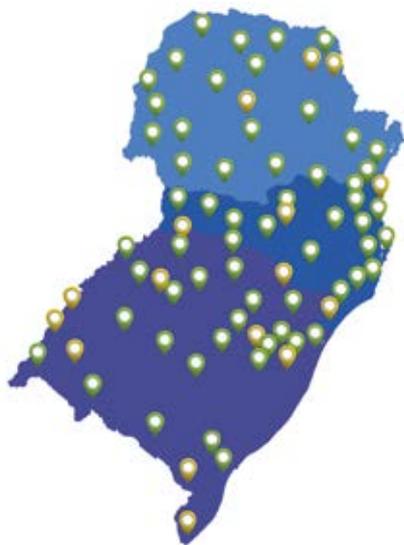
Os postos da Justiça Federal em cidades que não possuem subseções judiciárias atendem ao cidadão em causas previdenciárias e ações fiscais. Com a facilidade do eproc, os

processos tramitam na vara federal mais próxima, porém, o atendimento a quem precisa é feito na cidade onde mora.

Em dezembro de 2014, a iniciativa inovadora da UAA ficou em primeiro lugar na categoria Tribunal do XI Prêmio Innovare. Em toda a 4ª Região, já foram instaladas 20 Unidades Avançadas de Atendimento.

47

Relatório
Gestão
2013-2015



Gabinete de apoio às Turmas Recursais unifica procedimentos e ganha sala nova

Uma nova sistemática foi implantada para otimizar o trabalho e garantir mais celeridade às Turmas Recursais (TRs). Em maio de 2014, foi criado o gabinete de apoio à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Cojef), por meio da Resolução nº 27 do TRF4, para dar mais agilidade aos recursos interpostos às TRs e vencer o passivo que vem se acumulando. A demanda é grande: muitas vezes, a distribuição de processos chega a mais de 15 mil por mês. Até o início de abril de 2015, havia 42.145 processos em tramitação nas TRs da 4ª Região.

Responsável por centralizar a análise do juízo de admissibilidade dos incidentes de uniformização de jurisprudência e recursos extraordinários nos Juizados Especiais Federais (JEFs), o Gabinete de Apoio às Turmas Recursais dos Juizados ganhou também um novo

espaço físico para melhor funcionamento. As iniciativas de gestão e de infraestrutura trouxeram racionalização dos recursos e uniformização dos procedimentos, resultando em mais qualidade e agilidade na prestação jurisdicional.

A atuação centralizada na apreciação da admissibilidade recursal propicia que as demandas submetidas à sistemática da repercussão geral ou dos recursos repetitivos sejam tratadas de maneira uniforme. Isso confere a segurança e a rapidez pretendidas pelos institutos. Também foi possível que se estabelecesse sistemática similar no âmbito da Turma Regional de Uniformização (TRU), com a escolha, já no juízo centralizado de admissibilidade, de temas que merecem ser tratados como “representativos de controvérsias”.



48

Relatório
Gestão
2013–2015

Especialização das Turmas Recursais

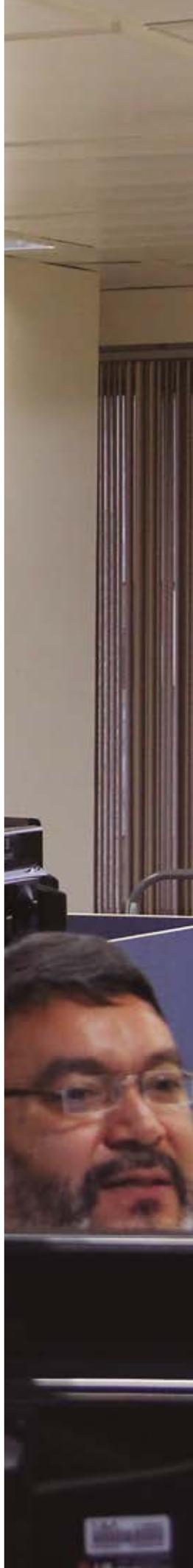
Em dezembro de 2013, foram instaladas a 4ª e a 5ª Turmas Recursais nas Seções Judiciárias do Paraná e do Rio Grande do Sul, respectivamente. No RS, a nova turma é especializada

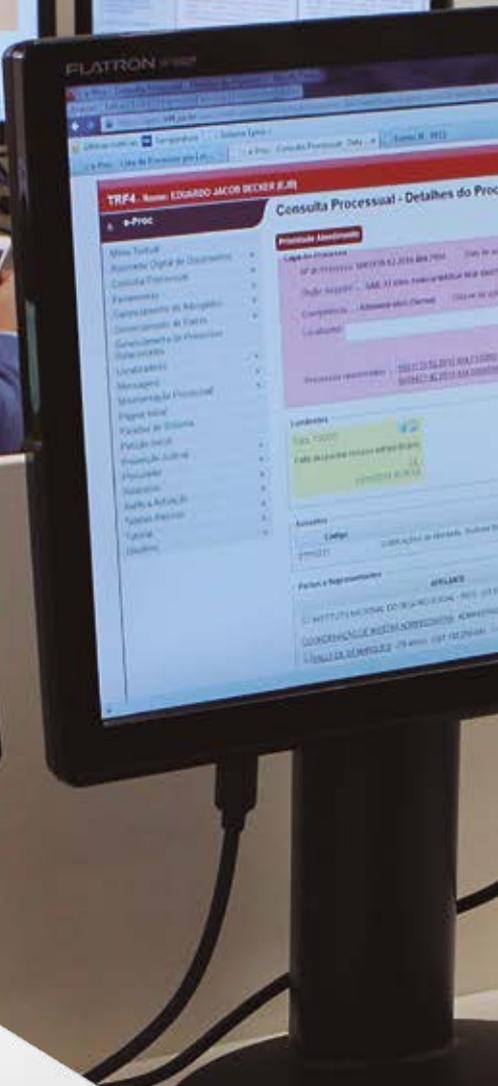
em matérias cível, criminal e previdenciária. Já no PR, a 5ª Turma trata das matérias cível e criminal. A iniciativa contribui para o julgamento mais célere da crescente demanda nos JEFs.



Gestão nas Turmas Recursais

Os procedimentos das turmas recursais das três seções judiciárias foram mapeados, analisados e padronizados no âmbito da Região, o que possibilitou a melhor utilização do eproc. A iniciativa tornou possível o estabelecimento de diretrizes para as Turmas Recursais, que foram recepcionadas pela Consolidação Normativa da Corregedoria Regional. A iniciativa viabilizou o aprimoramento e a definição de indicadores para a correição.







“O eproc não é fechado, estamos sempre aprimorando e buscando lançar novas ferramentas de prestação de serviço jurisdicional, que atendam as procuradorias, instituições bancárias e conselhos federais, que supram as necessidades dos advogados e de todos os usuários no dia a dia”.



Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli
Coordenador do Sistema de Desenvolvimento
e Aperfeiçoamento do eproc



Eproc 5 anos e novas funcionalidades e ferramentas



Laudo pericial eletrônico

Foram dois anos de grandes investimentos em sistemas informatizados e comunicação, com a consolidação e constante qualificação do eproc- processo judicial eletrônico - e do SEI- Sistema Eletrônico de Informações.

Ao completar cinco anos de funcionamento em todos graus e competências da Justiça Federal da 4ª Região, o eproc

investe cada vez mais nas funcionalidades do sistema para atender aos usuários de acordo com as necessidades de cada área de atuação. As novas ferramentas buscam facilitar o trabalho dos advogados, incentivar a conciliação e investir na solução de um dos principais problemas dos processos previdenciários: o laudo pericial.

52

Relatório
Gestão
2013–2015

Desde o início de 2014, as perícias médicas por incapacidade estão sendo realizadas diretamente no eproc. O laudo pericial eletrônico é uma ferramenta para uniformização das ações previdenciárias e um instrumento para auxiliar na realização de perícias médicas mais completas. Uma das metas é evitar as possíveis omissões, já que os campos devem ser preenchidos obrigatoriamente. O formulário também ajuda na elaboração de perguntas ao perito por parte dos advogados e magistrados, pois todas as informações estão dispostas no laudo eletrônico.

O novo sistema garante benefícios para as partes e

juizadores. Se antes o perito realizava o laudo e anexava ao processo, agora, o laudo é realizado no próprio sistema, o que permite a existência de um histórico das perícias que realizou, já que é comum a mesma pessoa fazer perícias em outros processos.

Mais de 20 mil perícias médicas já foram realizadas por meio do laudo eletrônico em toda a Justiça Federal da Região Sul. Em 2015, o sistema está sendo ampliado e passará a atender também as perícias médicas por incapacidade e as ações de fornecimento de medicamentos.

GRU eletrônica: o primeiro sistema nacional de pagamento eletrônico de custas judiciais



Em agosto de 2014, o TRF4 inaugurou o primeiro sistema nacional eletrônico de pagamento de custas judiciais, que passa a operar dentro do eproc.

A Guia de Recolhimento da União (GRU) eletrônica passou a ser a única forma de pagamento de custas para processos eletrônicos na 4ª Região, que, por lei, é efetuado por meio da Caixa Econômica Federal (CEF). Os advogados não precisam mais anexar a GRU aos autos. Basta efetuar o pagamento, no guichê ou na internet, e a comprovação é automática no eproc.

A ferramenta é mais uma facilidade do eproc oferecida aos advogados para garantir maior agilidade ao processo, segurança e efetividade na

fiscalização do pagamento das custas judiciais.

O tempo gasto no procedimento caiu em mais da metade. Antes era preciso imprimir a GRU, pagar a guia no banco e depois levar novamente à Justiça para fazer uma cópia eletrônica do documento e anexar ao processo. Agora, a comprovação retorna automaticamente ao eproc em três dias úteis, com o envio do comprovante eletrônico pela Caixa. Porém, no processo, fica valendo a data do pagamento bancário.

O sistema feito para o advogado pela equipe de desenvolvimento do eproc contou com a participação de todas as instituições envolvidas no recolhimento de custas judiciais.

O TRF4 realizou uma integração

Interoperabilidade e colaboração

do eproc com os sistemas eletrônicos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil (que encaminha os valores recolhidos pela Caixa ao Tesouro) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a prestação de mais esse serviço.

Foram firmados convênios de colaboração entre o TRF4 e os Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul e do Paraná para acesso online às informações sobre candidatos a cargos eletivos.

Já a interoperabilidade do eproc com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) reduziu pela metade o tempo de tramitação das ações de competência delegada. Desde outubro de 2014, os processos virtuais julgados em primeiro grau de jurisdição pela Justiça Estadual do Paraná passaram a ser remetidos de forma eletrônica para o TRF4. As ações tratam principalmente de causas previdenciárias ajuizadas em locais onde não existe sede da Justiça Federal.

A integração reduziu em até 50% o tempo de tramitação das ações, garantindo mais transparência, economia de dinheiro público e sustentabilidade. A cada mês cerca de 300 processos de

A interoperabilidade do eproc com outros sistemas garante total segurança da informação e consequentemente o aprimoramento da fiscalização no recolhimento de custas.

competência delegada da Justiça paranaense chegavam ao TRF4 com os arquivos digitais copiados em CDs. No tribunal, era necessário imprimir cerca de 300 folhas de papel para cada ação, que passava a tramitar fisicamente.

Segundo cálculos da área técnica do TRF4, a impressão de cada processo físico com até 300 páginas custa em média R\$ 25,00. Com a interoperabilidade dos sistemas, a cada mês, serão economizados cerca de R\$ 7.500,00, somente em insumos. Com a remessa eletrônica, também devem ser poupados os custos com o pagamento de malote para os Correios.

O trabalho desenvolvido por analistas do TRF4 e do TJPR foi concebido dentro do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Tutoriais do eproc



Desde dezembro de 2014, o eproc conta com uma página de tutoriais. A iniciativa, que pretende auxiliar advogados e peritos a lidarem com dúvidas sobre o sistema, traz uma série de orientações de uso. O portal pode ser acessado de duas formas: diretamente no endereço <http://tutoriaiseproc.trf4.jus.br/> ou pela interface do eproc, na aba “Tutoriais”.

De explicações sobre os requisitos técnicos para o acesso ao eproc até especificidades jurídicas e técnicas, os tutoriais do site buscam cobrir todas as possibilidades de uso do sistema. O material está disponível de duas formas: vídeo e texto. A amplitude de

informações visa a contemplar tanto advogados iniciantes quanto usuários mais experientes.

Articulado pelas diretorias Judiciária, de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação, o portal centraliza informações de uso preexistentes, mas que antes eram divulgadas de forma esparsa.

Os conteúdos podem ser acessados tanto pelo computador quanto por meio de dispositivos móveis (smartphones e tablets). O acesso é fácil, sem a necessidade de instalação de plug-ins e programas específicos para a visualização.

GPROC

O eproc passou a contar com editor dentro do próprio sistema, desenvolvido com software livre. Com novas funcionalidades, o sistema

é condição necessária para o desenvolvimento de mais inteligência dentro processo judicial eletrônico.



Nesses dois anos, o SEI - Sistema Eletrônico de Informações - incorporou novas funcionalidades, atendendo às demandas internas para aperfeiçoar a gestão administrativa. São exemplos a disponibilização do módulo de gestão estratégica, de informações gerenciais e de sessão de julgamento.

O SEI também vem ultrapassando os limites da Justiça Federal da 4ª Região, consolidando o processo iniciado na gestão anterior de

firmar-se oficialmente como o processo eletrônico nacional. A plataforma desenvolvida pelo TRF4 em software livre já é disponibilizada gratuitamente para mais de 60 órgãos públicos em todo o país, além do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que está implantando a plataforma na administração pública federal, nos estados e municípios, pelo chamado projeto PEN-SEI.



Quem passou a usar o SEI nos últimos dois anos:

PODER EXECUTIVO		PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	
Ministério da Justiça		Assembleia Legislativa do RS	STF Supremo Tribunal Federal	STJ Supremo Tribunal de Justiça
Ministério do Trabalho e do Emprego			TSE Tribunal Superior Eleitoral	CNJ Conselho Nacional de Justiça
Ministério do Transportes e da Integração Nacional		Câmara Municipal de Porto Alegre	TRE - RO	
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República		Câmara Distrital (DF)	TRT4	
Prefeitura de São Paulo	Prefeitura de Jundiaí	Câmara Municipal de Maringá	TRT10	
Prefeitura de Campinas	Prefeitura de Londrina		TRF1	
			TJ-PR	



Tribunais Superiores

Nesta administração, os destaques foram os acordos de cessão para os tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF); Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

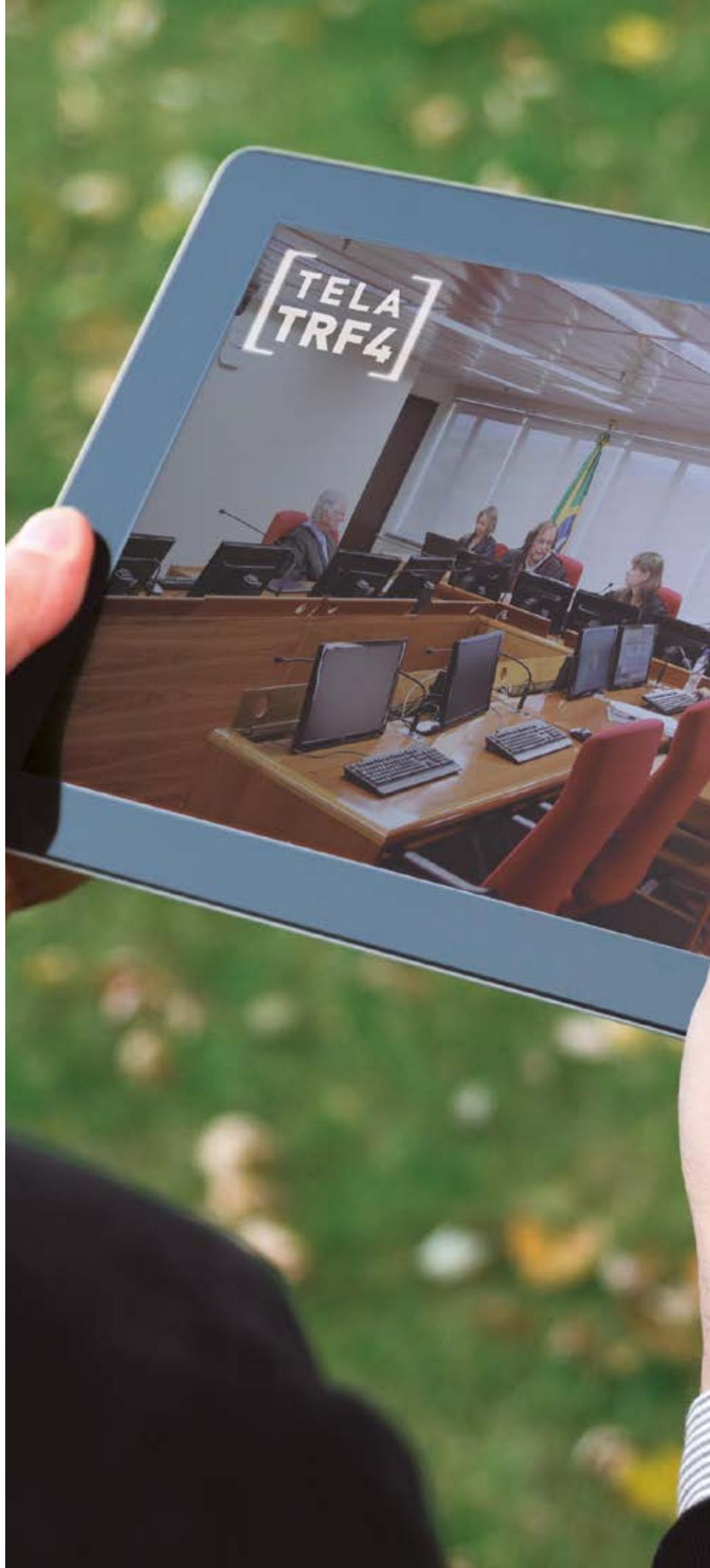
Tela TRF4: sessões de julgamento *ao vivo* na internet para o público externo

Desde o início de 2015, as sessões de julgamento do TRF4 passaram a ser transmitidas ao vivo pela internet e os vídeos estão sendo anexados aos processos eletrônicos do eproc. O sistema permite escolher a sessão ou evento e assistir ao vivo. Também é possível pesquisar vídeos de julgamentos anteriores.

O principal diferencial do sistema Tela TRF4 em relação a outros que transmitem sessões é que os vídeos dos julgamentos podem ser visualizados no eproc. Ao realizar a consulta processual no portal do TRF4, é possível navegar através do índice que é mostrado ao lado do vídeo, permitindo escolher diretamente a fase do julgamento que interessar: leitura do relatório, sustentação oral do advogado, etc.

O chamado Tela TRF4 iniciou em 2012, com transmissões no sistema de televisão interno do tribunal e testes para a inclusão dos vídeos na consulta processual. Cerca de 30 câmeras remotas foram instaladas nas quatro salas de sessão, no plenário, no auditório e na Escola da Magistratura para transmitir os julgamentos, seminários e palestras do tribunal.

O objetivo é compartilhar o conhecimento produzido dentro da instituição, garantir mais transparência na prestação jurisdicional e acesso à justiça para o cidadão que quer acompanhar, agora também em vídeo, o andamento do seu processo.



Facilidades administrativas nos sistemas eletrônicos:

- aprimoramento do sistema de viagens;
- nova Central de Pedidos;
- SERH - novo sistema eletrônico de Recursos Humanos;
- Sistema de captação

orçamentárias

- Sistema de Retenções Trabalhistas dos contratos dos terceirizados – SISRET
- Circuito Fechado de Televisão

Videowall no TRF4

Em 2015, o TRF4 adquiriu quatro soluções de video wall, equipamento que consiste em uma série de monitores sobrepostos, formando uma grande tela. Com o objetivo de exibir conteúdos institucionais e compartilhar informações, as telas foram instaladas nas áreas de circulação de público – térreo, Plenário – e na sala de gestão da Direção Geral.

Administração estabeleceu assim um marco na comunicação interna do tribunal, revolucionando a forma de circular as informações institucionais e proporcionando acesso e transparência na comunicação com os públicos.

Os novos sistemas também objetivam estabelecer uma canal de informação junto aos colaboradores e demais públicos que se relacionam com

a instituição, além de valorizar e reforçar a cultura da instituição. Com os conteúdos disponíveis para todos, é possível contribuir de forma relevante na divulgação das ações e projetos estratégicos institucionais. A modernização dos espaços é um marco importante: o Plenário e a sala de gestão estarão de “cara nova”, garantindo transparência e agilidade na exibição de documentos e melhoria significativa da qualidade das informações para tomada de decisões.

As quatro soluções adquiridas pelo TRF4 são personalizáveis em cada ponto de exibição, dotadas de sistema de sinalização digital e gerenciamento de conteúdo, completando os ambientes de forma moderna e estabelecendo uma interface amigável e dinâmica com o público.



57

Relatório
Gestão
2013–2015

Concurso para juiz totalmente informatizado

A Emagis e a área de tecnologia da informação consolidaram suas expertises na realização de um concurso para magistratura totalmente informatizado. A partir do XV certame, a Escola da Magistratura tornou eletrônicas praticamente todas as etapas do concurso, desde a inscrição preliminar até o recebimento e o processamento dos recursos nas provas das 1ª e 2ª etapas, incluindo a interposição e distribuição virtual dos recursos aos membros da Comissão, bem como o próprio julgamento destes em sessão pública, a exemplo do que já acontece com os processos judiciais.

Outras instituições já reconheceram a eficiência do sistema online da 4ª Região.

A Emagis recebe pedidos de escolas para a utilização do sistema, que já foi cedido para o TRF3. No final de 2014, foi assinado um acordo de cooperação técnica com o TRF3 para disponibilização da ferramenta.

O concurso para magistratura da 4ª Região também ganhou outro diferencial. Pela primeira vez, os exames de sanidade física e mental e as avaliações psicológicas dos candidatos foram realizados em conjunto com as equipes de médicos e de psicólogos do tribunal e das seções judiciárias, visando à integração dos novos magistrados com esses profissionais.





